

AS TRANSFORMAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1980: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE POSSIBILIDADES DE ABORDAGEM DO TEMA

Roberto Manoel Andreoni Adolfo1
roberto_manoel@hotmail.com
UNESP/Assis

RESUMO: O presente artigo busca construir uma reflexão teórica sobre possíveis elementos de afastamento e de aproximação entre a produção historiográfica da escravidão nos anos 1970 e 1980, como também procura esboçar um caminho de aprofundamento do tema e sugerir algumas problemáticas. Para realizar tal tarefa a estrutura deste texto é marcada por três etapas: uma demonstração de como dois autores, Sidney Chalhou e Suely Robles Reis de Queiróz, abordaram o tema; uma apresentação de outros elementos possíveis de análise, como sugestão de maior aprofundamento do estudo do objeto; e, por último, uma exposição de duas obras específicas, uma inserida dentro do paradigma historiográfico dos anos 70 e outra dos anos 80 – respectivamente *O Escravismo Colonial* (1978) de Jacob Gorender e *Visões da liberdade* (1990) de Sidney Chalhou – objetivando atestar a aplicabilidade dos argumentos apresentados ao longo do artigo.

Palavras-chave: teoria; historiografia; escravidão; Jacob Gorender; Sidney Chalhou

RÉSUMÉ: Cet article vise à construire une réflexion théorique sur les possibles éléments de l'éloignement et de l'approche entre la production de l'historiographie, de l'esclavage, des années 1970 et 1980, ainsi qu'il vise à esquisser un chemin d'approfondissement du thème et suggérer quelques problématiques. Pour accomplir cette tâche, la structure de ce texte est marquée par trois étapes : une démonstration de la façon dont les deux auteurs, Sidney Chalhou et Suely Robles Reis de Queiróz, ont abordé le thème ; une présentation des autres éléments possibles de l'analyse, en tant que suggestion d'un plus grand approfondissement de l'étude de l'objet ; et, enfin, une exposition de deux oeuvres spécifiques, l'une insérée dans le paradigme historiographique des années 1970 et l'autre des années 1980 - respectivement *O Escravismo Colonial* (1978), de Jacob Gorender et *Visões da liberdade* (1990), de Sidney Chalhou - en ayant l'intention d'assurer l'applicabilité des arguments présentés le long de l'article.

Mots-clé: théorie; historiographie; esclavage; Jacob Gorender; Sidney Chalhou

1. INTRODUÇÃO

1Mestrando em História pelo programa de pós-graduação da UNESP – Campus de Assis. O presente artigo foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil. Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr.

A partir dos anos de 1980 a historiografia da escravidão no Brasil passou por diversas transformações, de modo que alguns historiadores enxergaram neste período a ascensão de um novo paradigma historiográfico. Deste modo, as reformulações que ocorreram naquele momento, e que repercutem até nos dias de hoje, formam um rico e complexo período que vale ser compreendido. É neste sentido que buscaremos, no presente texto, levantar algumas reflexões acerca dos elementos que fizeram parte deste momento pelo qual passou a historiografia da escravidão no Brasil. Visando uma trajetória de aprofundamento do tema, de forma a abordá-lo de maneira produtiva, percorreremos na seguinte direção: primeiro discorreremos sobre as formas de abordagem – balanços da historiografia da escravidão que apontaram para nosso objeto – que analisaram, através de uma explicação concisa, determinados elementos específicos da mudança historiográfica posta em questão; depois, no sentido de aprofundar e problematizar a visão sobre esta transição historiográfica, buscaremos ampliar o leque de elementos que a envolveram, supondo não só pontos de afastamento entre as duas correntes historiográficas, como também elementos de proximidade entre ambas; por fim, objetivando imergir da superfície das classificações mais gerais na direção das especificidades das obras em si mesmas, serão feitos alguns breves apontamentos sobre os pressupostos teóricos de dois trabalhos específicos – *O Escravismo Colonial* (1978) de Jacob Gorender e *Visões da Liberdade* (1990) de Sidney Chalhoub.

2. ANÁLISES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O TEMA

Os balanços historiográficos da escravidão, de uma forma geral, e talvez por terem sido escritos em sua maioria por historiadores que se enquadraram dentro do que se denominou a “nova” historiografia da escravidão – ou seja, a historiografia da escravidão produzida nos anos de 1980 – tiveram grande preocupação em apontar as diferenças e as inovações desta nova historiografia em relação à historiografia ‘tradicional’ dos anos 1960/70. Além disso, os autores destes balanços historiográficos da escravidão, ao enfatizarem as diferenças entre a historiografia anterior e a posterior aos anos 80, costumaram utilizar termos e definições que acabaram generalizando o que seria a corrente historiográfica dos anos 60/70. Diante disso, podemos citar dois artigos que abordaram as mudanças historiográficas na passagem dos anos 80: *Sujeitos no*

imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80 (2009) de Sidney Chalhoub e *Escravidão negra em debate* (1998) de Suely Robles Queiróz.

O primeiro destes artigos, como o próprio título sugere, tem como preocupação central a forma em que os sujeitos históricos foram abordados – e as repercussões disso – na historiografia, o que tira o foco de uma análise da virada historiográfica em sua dimensão mais profunda². Sendo assim, em sua análise, Sidney Chalhoub utiliza dois termos que servem como eixos explicativos para diferenciar a historiografia a partir dos anos 80. Os termos são: *paradigma da ausência* e *paradigma da agência*. O primeiro, o *paradigma da ausência*, diz respeito a interpretações da escravidão que negaram a capacidade do escravo ser um agente histórico. Vale ressaltar que o autor não enquadra somente os trabalhos produzidos nos anos 60/70 – como os de Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso – dentro deste paradigma, mas todas as posições historiográficas que, apesar de suas diferenças, descartaram a hipótese dos escravos fazerem sua própria história, como os discursos de Joaquim Nabuco e os de José de Alencar nos fins do século XIX. Por outro lado, no *paradigma da agência* estão inseridos todos os trabalhos pós 80 que fizeram uma leitura dos escravos como agentes históricos; como indivíduos que, com interesses próprios e divergentes dos interesses de seus senhores, agiram dentro do sistema escravista a fim de construírem sua própria história. Dentro desta visão, que atentou para os modos de participação dos escravos na sociedade escravista, Chalhoub cita autores como, além dele próprio, Silvia Hunold Lara, Maria Helena Machado, Eduardo Silva, João José Reis e Hebe M. M. Mattos, entre tantos outros. Deste modo, apesar de Chalhoub citar brevemente algumas implicações teóricas e documentais, a questão dos paradigmas da *ausência* e da *agência* permanecem como elementos centrais no eixo explicativo das transformações historiográficas a partir dos anos 80.

O segundo artigo, *Escravidão Negra em Debate* de Suely Robles Reis de Queiróz, apesar de não utilizar o critério de paradigma, como faz Sidney Chalhoub, define como

²Vale ressaltar que este artigo não se detém exclusivamente à temática da escravidão. Nele, Chalhoub, junto com Fernando Silva, estimula um diálogo entre a historiografia da escravidão e a do trabalho. Porém, como o artigo é mais recente e tem como um dos objetivos fazer um balanço historiográfico da escravidão, torna-se pertinente incluí-lo na análise que o presente artigo propõe.

“matriz do dissenso” entre a historiografia dos anos 60/70 e a historiografia dos anos 80 a questão da violência na “caracterização do sistema escravista”. (QUEIRÓZ, 1998, p. 103) Ou seja, para a primeira corrente historiográfica o sistema teria sido cruel e violento, para a segunda, teria sido brando e benevolente. Para explicar esta interpretação Suely Queiróz recorre ao autor pernambucano Gilberto Freyre, pois sua obra *Casa Grande & Senzala* teria sido resgatada, em relação à questão da violência, pelos autores da década de 80. Segundo a autora, a obra de Freyre é uma interpretação da sociedade escravista que, através da ideia de patriarcalismo, foi fundamentada pelas relações amenas entre senhor e escravos e pela empatia entre as raças. Posteriormente a isso, sem deixar de ressaltar as relações que a historiografia brasileira manteve com a norte-americana, a autora destaca os revisionistas – autores também citados por Chalhoub, como Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso – como os principais opositores a tese de Freyre. Para isso, estes autores buscaram em suas análises ressaltar o caráter violento do regime escravista. A leitura de abordagem econômica dos revisionistas fundamentava-se na seguinte ideia: para atender o caráter da produção exportadora em larga escala era necessário o trabalho compulsório, e, para que este fosse cumprido, a “coerção e repressão seriam as principais formas de controle social do escravo”. (Ibidem, p. 106) Diante disso, a virada historiográfica dos anos 80, para Suely Queiróz, seria composta por trabalhos que, ao repensarem o conceito de violência e ao admitirem “a existência de espaço para o escravo negociar um cotidiano mais brando”, teriam resgatado a linha interpretativa de Gilberto Freyre. Dentro desta vertente de estudos a autora destaca historiadores como Kátia Mattoso, Silvia Hunold Lara, Sidney Chalhoub e Eduardo Silva, entre outros.

Como podemos perceber, os dois autores apresentados dão ênfase especial a determinados fatores como eixo explicativo do movimento historiográfico que estamos abordando. No caso de Chalhoub, a sua posição coaduna com uma interpretação dos autores preocupados em superar a visão dos trabalhos das décadas anteriores onde o escravo aparecia como uma peça submetida a um sistema econômico. Por outro lado, em Suely Queiróz, transparece uma visão mais próxima dos autores dos anos 60 e 70 onde havia uma forte preocupação em denunciar o caráter rígido e coercivo do sistema escravista.

3. OUTRAS POSSIBILIDADES DE ABORDAGEM

Os dois artigos acima observados trazem a tona, além das dificuldades em analisar um tema complexo e intenso que foi a virada historiográfica dos anos 80, a evidência da carência de estudos que abordaram de forma ampla e sistemática este objeto. Esses artigos são sinalizadores de uma tarefa importante e que neles apenas se esboça. É neste sentido que pesquisas voltadas para esta problemática poderiam contribuir para uma visão mais profunda e problematizante deste momento da historiografia da escravidão. Sendo assim, como primeiro passo para imergir neste tema acreditamos que seja útil uma reflexão voltada para a identificação e definição dos fios que formam a teia historiográfica posta em análise. Cabe a nós, então, neste momento, discorrer sobre estes fios, apreendendo-os em forma de elementos de aproximação e afastamento entre os trabalhos produzidos nos anos 60/70 e 80.

Talvez o mais emblemático destes elementos seja a mudança do foco econômico, das pesquisas, para a ênfase nos aspectos culturais. É dito emblemático, pois este foi um movimento que de certa forma transpareceu não somente na historiografia nacional, mas também na historiografia estrangeira. Na francesa, por exemplo, ele se deu pela passagem da segunda para a terceira geração dos *Annales*, transição que segundo Peter Burke acentuou uma transferência “da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural”. (BURKE, 2010, p. 91) No caso da historiografia marxista este movimento se deu principalmente pelos trabalhos de E. P. Thompson que buscou superar o determinismo da base econômica em relação a superestrutura – aspectos culturais – e, marcando essa mudança no enfoque das análises historiográficas, como afirma Lynn Hunt, “dedicou-se ao estudo daquilo que chamava ‘mediações culturais e morais’”. (HUNT, 1992, p. 5-6) Transpondo a atenção para a historiografia praticada no Brasil, podemos dizer que foi justamente Thompson, junto com Eugene Genovese – historiador norte-americano que sob inspiração thompsoniana se dedicou a analisar a escravidão nos Estados Unidos –, que serviu de grande inspiração para a mudança do enfoque econômico para o cultural nos estudos sobre a escravidão.³ Este movimento, portanto, apreendido de uma forma geral por Emilia Viotti da Costa que o definiu como sendo uma inversão da dialética, aparece também nos estudos da escravidão no Brasil. Sendo assim, estudos como os de

³Sobre este tema, ver: LARA, Sílvia Hunold. “Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, Projeto de História. *Revista do Departamento da PUC-SP*, n.12, 1995, pp. 43-56.

Fernando Henrique Cardoso – para quem o escravo “tornava-se uma *peça* cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção” – de Jacob Gorender e de Octávio Ianni, marcados por uma abordagem econômica preocupada com a lógica dos modos de produção, começaram, a partir dos anos 80, a perder espaço para estudos voltados para questões mais culturais, que valorizavam temas como a violência, a liberdade e, entre outros, a criminalidade, que apareceram em trabalhos como os de Silvia Hunold Lara, Sidney Chalhoub e Maria Helena Machado, por exemplo. (CARDOSO, 1977, p. 75)

Outro elemento possível de afastamento entre as duas correntes de trabalhos analisados refere-se à questão das estruturas nas análises históricas, o que poderia remeter a uma diferenciação entre preocupações macro e micro históricas. Esta questão também guarda semelhança em relação à historiografia estrangeira. Um exemplo disto pode ser encontrado na discussão travada entre E. P. Thompson e o filósofo marxista e estruturalista Louis Althusser, sendo que o primeiro autor dedicou uma obra – *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros* – para rebater o determinismo estrutural de Althusser que, segundo Thompson, enxergaria a história de modo mecanicista, negaria as evidências empíricas e retiraria a capacidade de agência dos sujeitos históricos. Ao voltarmos a discussão para a historiografia brasileira da escravidão, também podemos notar uma preocupação frequente de autores dos anos 60/70 com explicações históricas partindo das estruturas da sociedade. Esse é o caso, por exemplo, de Octávio Ianni em *As Metamorfoses do Escravo* (1962) onde o autor, ao discorrer sobre o escravo e o senhor, recorreu ao que chamou de “requisitos estruturais da sociedade de casta”. Este tipo de abordagem foi criticado por alguns historiadores da escravidão que tiveram seus trabalhos publicados a partir dos anos 80. Este é o caso de Sidney Chalhoub quando diz – na introdução de *Visões da Liberdade* (1990) – que apesar dessas análises estruturais apresentarem diferenças, nelas permanecem “a vigência da metáfora base/superestrutura; da ideia frequentemente geradora de reducionismos grotescos (...)”, e complementa dizendo que tais abordagens postulam “uma espécie de exterioridade determinante dos rumos da história” que desconsideram o sentido que parte da intenção dos agentes históricos. (CHALHOUB, 2011, p. 20)

Como foi dito no início do parágrafo acima, estas questões estruturais também remetem a um tipo de abordagem macro histórica – um outro elemento para pensarmos a virada historiográfica da escravidão – marcada por análises de objetos como a

estrutura econômica e política da sociedade escravocrata, de modo que o resultado destes exames evidenciarão as conjunturas responsáveis por atribuir sentido social aos escravos. Por outro lado, nas abordagens mais recorrentes da historiografia pós 80, o que se percebe é um afastamento das questões estruturais e uma recorrência, uma aproximação, de abordagens voltadas para objetos micro históricos, como os estudos sobre o cotidiano e o comportamento dos escravos, de maneira que surgiram várias análises de casos específicos de crimes envolvendo escravos – um tipo de objeto atraente devido a acessibilidade da documentação. Deste modo, como afirma Sheila de Castro Faria, “em linhas gerais, pode-se dizer que, na historiografia da escravidão, os interesses se deslocaram das macro para as micro análises”.⁴

Por fim, entre os elementos que agem no sentido de afastar as duas vertentes historiográficas analisadas podemos apontar, em quarto lugar, para a questão da narrativa histórica. Os pontos que foram observados acima – enfoque econômico/cultural, explicações estruturais/não-estruturais e análises macro/micro-históricas – implicam na formação de determinados tipos de narrativas. De acordo com Peter Burke há um embate entre dois campos diferenciados por tipos de narrativas, o estrutural e o narrativo, de modo que eles tendem a “diferir não apenas na escolha do que consideram significativo, mas também em seus modos preferidos de explicação histórica”. (BURKE, 2011, p. 340) Sendo assim, poderíamos dizer que de uma forma geral os trabalhos produzidos nos anos de 1960/70, por terem como preocupação explicar e analisar as estruturas – sendo que consideram estas, atreladas às categorias de ordem econômica, mais significativas em detrimento dos acontecimentos ditos superficiais –, acabam recorrendo à uma narrativa que emprega determinados tipos de conceitos como ferramentas analíticas. Como exemplo de tais conceitos podemos citar o de *classes*, o de *forças produtivas* e o de *relações sociais de produção*, todos, neste caso, tipicamente marxistas – apesar de, no geral, o modo narrativo estrutural não ser exclusividade do marxismo, e vice-versa. Por outro lado, na historiografia produzida a partir dos anos de 1980 há maior ênfase em analisar determinados tipos de acontecimentos específicos. Ao invés destes historiadores verificarem *leis econômicas* que dão sentido aos acontecimentos, eles buscam compreendê-los a partir da intenção dos agentes

⁴SLENES, Robert e FARIA, Sheila de Castro. “Família escrava e trabalho. *Tempo*. Rio de Janeiro: Sete Letras, vol. 3, n. 6, dez/1998

históricos. É deste modo que Sidney Chalhoub, por exemplo – inspirado em Carlo Ginzburg e E. P. Thompson – para reconstruir os acontecimentos e atribuir-lhes sentido, frequentemente recorre à narração deles. Isto pode ser evidenciado em seu livro *Visões da Liberdade* onde o autor inicia o primeiro capítulo narrando, num tom de prosa literária, um acontecimento onde os escravos se revoltaram contra um negociante de escravos e o agrediram.

Há ainda outros elementos – que, assim como os apresentados acima, estão todos interligados – de afastamento, como os observados até agora, que poderíamos apontar, como as diferenciações: história vista de cima/vista de baixo; história teorizante/empírica; e sentido histórico determinado/indeterminado. Entretanto, os pontos que foram discutidos até este momento são suficientes para exemplificar as problemáticas propostas, a saber: as diferenciações entre a historiografia brasileira da escravidão dos anos de 1960/70 e de 1980.

Visto as divergências historiográficas entre os trabalhos dos anos 70 e 80 poderemos nos voltar agora para uma reflexão sobre a possibilidade da existência de alguns elementos que representem uma continuidade entre estes dois momentos de produção historiográfica. Visto a ênfase dada pelos autores aos pontos de ruptura na historiografia a partir dos anos 80, o caminho oposto, a princípio, parece ser mais difícil. Sendo assim, os pontos que exporemos aqui se deram por um caminho de maior complexidade, pois tal tarefa remete a utilização de uma perspectiva teórica específica – a foucaultiana – preocupada com os aspectos mais profundos que fundamentam os saberes. Por isso mesmo esta parte artigo aparecerá apenas como suposições e indagações, à guisa de hipóteses para futuro aprofundamento do tema.

Pois bem, visto a aproximação entre os trabalhos de E. P. Thompson e de alguns historiadores que produziram no período pós 80, tomamos de empréstimo a crítica feita a E. P. Thompson por Durval Muniz de Albuquerque Jr – que tem como fundamento crítico uma perspectiva foucaultiana – em seu texto “*Por uma leitura ‘safada’ de E. P. Thompson*” e a utilizamos para pensar em questionamentos voltados para estes autores da nova historiografia da escravidão que dialogaram com a obra do historiador inglês e marxista. O motivo da utilização das reflexões deste texto aparece pelo fato de Durval Muniz afirmar que apesar de Thompson ter feito inovações em alguns pontos, em outros não conseguiu superar a historiografia marxista tradicional, de modo que este é o gancho para podermos refletir sobre alguns elementos possíveis de aproximação entre a

historiografia brasileira da escravidão produzida nos anos 60/70 – mais próxima do marxismo tradicional – e os trabalhos dos anos 80 que estão mais próximos dos pressupostos teóricos de E. P. Thompson. Vale ressaltar que as reflexões de Durval Muniz estão sendo utilizadas como instrumento heurístico, no sentido de fornecer elementos para se pensar nosso objeto de análise, facultando a construção do argumento em curso, e não no sentido de ignorar as discrepâncias e singularidades entre a historiografia estrangeira e a brasileira.

Exposto isso, uma primeira indagação que poderíamos ressaltar diz respeito a maneira de abordar e de perceber o real. Ou seja, como estes historiadores, tanto os que produziram antes e depois dos anos 80, perceberam e trataram o real? De acordo com Durval Muniz, a obra de Thompson é permeada por uma dicotomia entre real e representação, o que o aproximaria do marxismo clássico. Para Thompson, não haveria dúvidas quanto à existência de um real do passado capaz de ser apreendido pelo historiador. Durval Muniz chega a interpretar esta posição de Thompson, até mesmo, como uma aproximação do positivismo. Sendo assim, será que esta aproximação que Durval Muniz faz entre Thompson e o marxismo clássico não encontraria correlação na historiografia da escravidão no Brasil, entre os autores marxistas tradicionais da década de 70, como Jacob Gorender, e os autores da nova historiografia da escravidão, como Sidney Chalhoub que dialogou fortemente com a obra de Thompson?

Além disso, a História, para Thompson, de acordo com Durval Muniz, teria que “deixar de lado todas as experiências (...) que não confluem para a formação de uma imagem, coerente”, lógica e verdadeira do passado. Passado este podendo ser um sujeito ou um objeto como a classe operária, por exemplo. Sendo assim, “sabendo-se, de antemão, que a classe operária se formou, o importante”, para Thompson, seria apreender aquelas experiências que contribuíram para esta formação. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 240) Ora, este fazer a história através de omissões, também não teria sido praticado pelos historiadores brasileiros da década de 70? Estes historiadores para afirmar suas teorias esquemáticas, também não teriam omitido, ou taxado de irrelevantes as especificidades da sociedade escravista – como a existência de famílias e casamentos entre escravos ou a capacidade deles interferirem no sistema escravista sem cair nos arquétipos do escravo rebelde ou do escravo passivo e manso – que contradiziam as determinações teóricas? Indo mais além, será que assim como Thompson que teria renegado as experiências que não contribuíram para a formação da

classe operária inglesa, os historiadores da nova historiografia da escravidão também não teriam omitido os escravos que não se portaram como agentes históricos no processo da abolição da escravidão, se voltando apenas para a análise e supervalorização dos escravos que agiam conscientemente através de *negociações*⁵ com seus senhores?

Por último, podemos falar sobre a utilização de termos como *política*, *economia* e *cultura* que são empregados como se fossem categorias separadas e bem delineadas da sociedade. Para Durval, a noção de *cultura* na obra de Thompson aparece ainda como um “nível do social”, como uma superestrutura. A *cultura* em Thompson não apareceria como um fluxo, uma trajetória, e sim como uma “homogeneidade de valores, hábitos, costumes”, etc. (Ibidem, p. 242) Deste modo, ao trazer esta crítica para os historiadores da nova historiografia da escravidão, poderíamos indagar se esta percepção de *cultura* também não aparece em suas obras. Caso positivo, poderemos então encontrar mais um ponto para refletir elementos de aproximação entre a historiografia brasileira da escravidão dos anos 60/70 e a dos anos 80, pois apesar da primeira enfatizar mais o econômico e a segunda mais o cultural, o emprego e apreensão dos termos poderiam apresentar certa semelhança.

4. “O ESCRAVISMO COLONIAL” E “VISÕES DA LIBERDADE” EM QUESTÃO

Feita estas reflexões gerais sobre a pluralidade de elementos possíveis que podem apontar para afastamentos ou aproximações entre as duas correntes historiográficas analisadas, serão feitas algumas breves observações sobre os pressupostos teóricos que aparecem na obra de Gorender *O Escravismo Colonial* (1978) e na obra de Chalhoub *Visões da Liberdade* (1990).

Pois bem, comecemos pelo *O Escravismo Colonial*, obra em que Jacob Gorender se dedica a analisar a formação do Brasil sob a ótica do que denomina modo de produção escravista colonial. No início deste longo ensaio, o autor dedica um “capítulo” à parte – intitulado ‘reflexões teóricas’ – para esclarecer suas opções teórico-metodológicas que

⁵⁰ O termo *negociação* refere-se aos acordos que se davam de forma direta ou indireta entre senhores e escravos, o que faz destes agentes históricos. Tal tema é amplamente abordado na obra: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

nortearam a obra. Antes de iniciar o primeiro tópico deste capítulo, Gorender faz algumas considerações para situar e diferenciar seu trabalho dentro da gama de pesquisas feitas até então. São apresentadas, deste modo, três linhas de interpretação histórica do Brasil: a primeira, que criou um “quadro de uma sociedade patricarcal ou feudal”; a segunda, que elaborou o quadro de uma sociedade capitalista, de modo que havia variações nas definições do que seria este capitalismo; e a terceira, que tentou uma síntese entre as duas linhas de interpretações anteriores. A diferença do *Escravidismo Colonial* em relação as obras enquadradas nestas linhas interpretativas, estaria na elaboração de um novo quadro da sociedade, um quadro fundamentado num modo de produção específico, o escravista colonial. (GORENDER, 1978, p. 15-18)

Situada sua obra, Gorender passa num primeiro momento a denunciar as contradições teóricas das linhas interpretativas empregadas até então que apresentavam enormes dificuldades em enfrentar a questão das relações sócias de produção diante da existência da escravidão. A solução de tal impasse estaria, portanto, na mudança do enfoque analítico. Dever-se-ia partir a análise de dentro para fora, ou seja, partir das relações de produção da economia colonial, e não o contrário, como teriam feito os autores criticados por Gorender, que partiram suas análises através do mercado ou do sistema colonial.

Feito isto, o autor dá início ao exercício de precisar suas posições conceituais. Para isso, com frequência recorre a Karl Marx. A partir da síntese do materialismo histórico contida na *Contribuição à Crítica da Economia Política* Gorender aponta duas categorias axiais centrais: a de modo de produção e a de formação social. A categoria de modo de produção seria formada por outras duas categorias: a das *relações sociais de produção* e a das *forças produtivas*. A primeira destas ganharia significado a partir das relações objetivas que os homens estabelecem entre si no processo de produção. A segunda, por outro lado, se constituiria a partir “[...] dos homens e dos elementos materiais, com e sobre os quais atuam [...]”. (GORENDER, 1978, p. 24) Já a categoria de *formação social*, segundo o autor, seria composta pelos modos de produção – relacionados a infraestrutura – e pelas formas de consciência social e instituições – relacionadas a superestrutura – que os homens criam em conjunto sobre as bases dos modos de produção. Sendo assim, a fonte das contradições que aparecem no cerne do materialismo histórico e que gera o movimento, e a continuidade da história, se daria através do processo de acumulação das forças produtivas, de modo que o

desenvolvimento destas acarretaria uma necessidade de adequação por parte das relações sociais de produção, promovendo, desta forma, “a sucessão dos modos de produção e das formações sociais”. (Ibidem, p. 25) Portanto, é neste sentido que Gorender afirma que o estudo da formação social deve se começar pela análise dos modos de produção, o que, por sua vez, talvez, justifique a sua opção por tratar apenas deste aspecto da formação social escravista em sua obra.⁶

Visto estas considerações teóricas que abrem *O Escravismo Colonial*, cabe a nós voltarmos a atenção para os pressupostos teóricos anunciados por Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade*. Esta obra, dividida em três partes, teve como objetivo abordar: a percepção e atitudes dos negros escravos – que contribuíram para o fim da escravidão – diante das mudanças que sofreram com a intensificação da transferência dos cativos do norte para o sudeste brasileiro em meados do século XIX; a questão das alforrias e da lei de 1871 como uma conquista dos objetivos dos escravos; e, por último, as lutas impostas pela ‘cidade negra’ – de acordo com Chalhoub, os escravos, libertos e negros pobres teriam construído uma cidade com uma racionalidade e movimento próprios – contra a instituição da escravidão.

No início da introdução de seu trabalho, Chalhoub busca refletir sobre métodos de investigação. Para isso aponta para os métodos de Robert Darton e de Carlo Ginzburg, ambos semelhantes. O primeiro partiria da premissa de que “a expressão geral sempre ocorre dentro de um idioma geral”, o que permitiria ao historiador, “por meio de um esforço de decodificação e contextualização dos documentos”, apreender “a dimensão social do pensamento. (CHALHOUB, 2011, p. 15-17) Em relação a Ginzburg, que teria um método confluyente com o de Darton, detalhes aparentemente sem importância poderiam ser elementos essenciais na busca pela compreensão de uma determinada realidade mais profunda. Apesar da empatia de Chalhoub por estes autores ele encontra uma lacuna em seus métodos, pois o objetivo de sua obra é apreender o processo histórico da abolição, justamente o objeto ausente nas propostas de Darton e Ginzburg. Sendo assim, o autor de *Visões da Liberdade* é levado a fazer algumas reflexões sobre esta questão.

⁶Vale ressaltar que em suas reflexões metodológicas Gorender ainda faz uma série de apontamentos sobre o caráter epistemológico e metodológico científico de Marx. Porém, os aspectos que selecionamos são suficientes para legitimar os pressupostos do presente artigo.

Neste momento Chalhoub propõe a superação da ideia de transição histórica que qualifica o período analisado como uma passagem do modo de produção escravista para uma ordem burguesa, ou da escravidão para o trabalho livre. Para o historiador, esta noção, empregada através de explicações que utilizam as noções de base/superestrutura, fabricaria uma visão linear e previsível do movimento histórico. Além disso, nesta leitura os aspectos econômicos, em última instância, seriam determinantes, o que o autor qualifica como uma “espécie de exterioridade determinante dos rumos da história”. (Ibidem, p. 20) Sendo assim, como superação da ideia de transição, Chalhoub propõe a noção de processo histórico que, segundo ele, partiria da intenção e das lutas dos sujeitos históricos e não de algo exterior a eles. Tal noção, desse modo, resgataria a indeterminação da história e a imprevisibilidade dos acontecimentos. Entretanto, uma vez que o autor afirma buscar evidenciar o devir histórico através dos aspectos culturais e ideológicos – fugindo das determinações econômicas que fundamentam a noção de transição – ele se vê na obrigação de embasar uma proposta que integre processo histórico e conflito de valores e normas.

Nesta tarefa Chalhoub recorre a E. P. Thompson e ao diálogo entre a história social e a antropologia social, pois esta teria uma forte tradição na reflexão sobre a ideia de cultura, o que poderia contribuir para a resolução da tarefa dos historiadores interessados nestas questões. De acordo com Chalhoub, Thompson buscou efetivar de forma proveitosa este diálogo interdisciplinar. Neste sentido o historiador inglês teria afirmado que a utilização de conceitos e categorias analíticas típicas da antropologia e da sociologia só seriam úteis para a historiografia se fossem revestidas de uma “ambivalência dialética”.⁷ Deste modo, uma concessão de alforria dada a um escravo pelo seu senhor também deveria ser interpretada como uma conquista da liberdade por parte do cativo. A noção de “consenso social”, neste caso, deveria ser concebida como uma “hegemonia de classe”, onde, mesmo havendo significados sociais gerais numa determinada sociedade, os conflitos – que dão sentido e movimento a história – não estariam ausentes. Diante disso, Chalhoub enxerga a possibilidade, através de Thompson, de efetivar a “análise das mudanças históricas, através da reconstituição dos conflitos ocorridos em torno de diferentes normas e valores”. (CHALHOUB, 2011, p. 26)

⁷Sobre este assunto, ver: THOMPSON, E. P. *Folklore, anthropology and social history*, p.260 apud CHALHOUB, 2011, p.24

Dito isso, Chalhoub chega ao ponto em que queria, a questão que norteia sua obra: a liberdade no regime escravista. Segundo ele, tal temática – cultural como podemos perceber – talvez tenha sido a mais decisiva no final do Segundo Reinado, pois nela perpassam, por meio de conflitos, questões econômicas, políticas e sociais. É, portanto, através dos conflitos das intenções dos sujeitos históricos envolvidos na trama deste período histórico que Chalhoub vê a possibilidade de abordar o processo histórico da abolição.

5. CONCLUSÃO

Feitas estas observações sobre alguns dos pressupostos teóricos que aparecem em *O Escravismo Colonial* e *Visões da Liberdade*, podemos notar como alguns dos elementos que foram apresentados ao longo do artigo com a intenção de apontar um aprofundamento do estudo das relações entre os dois períodos de produção historiográfica da escravidão podem ser identificados nestas duas obras. Neste sentido, nota-se: a evidente preocupação de Gorender com a aplicação da teoria marxista em seu objeto; sua atenção para as questões estruturais e macro-históricas da sociedade brasileira; a apreensão, desta mesma sociedade, através do conceito de *modo de produção*, o que, por sua vez, remete a divisão base/superestrutura e atribui maior atenção sobre os aspectos econômicos. Em contrapartida, em *Visões da Liberdade* há uma posição teórico-metodológica que segue o caminho oposto ao percorrido por Gorender. Como podemos perceber, Chalhoub compreende os pressupostos teóricos, que são encontrados como fundamentação no *Escravidão Colonial*, como termos que fabricam uma visão linear e previsível do movimento histórico, e denuncia a ênfase nos aspectos econômicos como um fator que geraria uma determinação histórica incapaz de apreender a agência dos sujeitos históricos. Sendo assim, para ‘superar’ tal modo de se fazer história, Chalhoub recorreu ao diálogo com autores como Ginzburg e E. P. Thompson no sentido de encontrar ferramentas para uma análise que possibilitasse, por via dos aspectos culturais, penetrar na escala analítica dos agentes históricos e, através dela, apreender o processo histórico –, neste caso, a passagem da sociedade baseada no trabalho escravo para o livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. A história dos acontecimentos e renascimento da narrativa. In: *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 335 – 356.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009.

COSTA, Emilia Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História. Brasil 1954-1964*. São Paulo: ANPUH-Marco Zero, v.14, n.27, p. 9-26, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1978.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: DIFEL, 1962.

LARA, Silvia Hunold. “Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, Projeto de História. *Revista do Departamento da PUC-SP*, n.12, p. 43-56, 1995.

MARX, Karl. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris, Éditions Sociales, 1957.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em Debate. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 103-117.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert e FARIA, Sheila de Castro. "Família escrava e trabalho. *Tempo*. Rio de Janeiro: Sete Letras, vol. 3, n. 6, dez/1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.